

BREVE ANÁLISE SEMÂNTICA DE ALGUNS OPERADORES ASPECTUAIS DO PORTUGUÊS

LUIÍS FILIPE ALVÃO SERRA LEITE DA CUNHA
(Centro de Linguística da Universidade do Porto)

1. Introdução

Se é certo que uma grande atenção tem sido dispensada ao estudo e à caracterização das propriedades semânticas de certos Operadores Aspectuais, como o de Progressivo ou o de Perfectividade, torna-se igualmente necessário reconhecer que existem muitos outros que, por assim dizer, têm permanecido na sombra. Procuraremos, por isso mesmo, reflectir um pouco sobre algumas das suas características e sobre a sua função nas predicções em que ocorrem.

Com o duplo objectivo de avaliar os efeitos aspectuais básicos de cada operador e de fornecer uma tentativa de análise unificada e coerente para o conjunto de tais elementos linguísticos, desenvolveremos, neste trabalho, uma breve comparação entre os operadores aspectuais que consideramos mais significativos no Português, tomando como ponto de partida a discussão desenvolvida em torno do Progressivo. Infelizmente, a bibliografia disponível sobre este assunto é bastante escassa, o que explica a quase total ausência de referências ao longo do texto. No entanto, vejam-se, por exemplo, comentários dispersos em Moens (1987), Smith (1991), Cap. 3 e Kamp e Reyle (1993), 5.3.3. Especificamente para o Português, mas em enquadramentos teóricos diferentes do aqui adoptado, cf. Barroso (1994), Carvalho (1984), Soares (1994) e Silva (1997), 5.3.

Importa, desde já, realçar alguns pressupostos teóricos a que teremos de nos referir.

No que diz respeito à classificação aspectual de predicções, e na sequência do que foi proposto em Moens (1987), partimos da ideia central de que existe um Núcleo Aspectual constituído por três fases principais: um processo

preparatório, um **ponto de culminação** e um **estado resultante**. É a partir destas fases que se torna possível definir um conjunto de **classes aspectuais de eventos** que parecem ostentar um comportamento que deriva da sua própria constituição fásica interna. Assim, os **processos**, compostos apenas pela primeira fase descrita, são eventos durativos e atélicos; os **processos culminados**, que combinam as três fases do Núcleo, serão eventos durativos, télicos a que se associam dadas consequências, representadas no seu estado resultativo; os **pontos**, caracterizados apenas pela segunda fase do Núcleo, são eventos pontuais mas que não implicam a existência de quaisquer consequências associadas; finalmente, as **culminações**, constituídas por um ponto de culminação (explícito) e por um estado consequente (implícito) são eventos pontuais que implicarão dadas consequências. Finalmente, os **estados** são eventualidades completamente "uniformes", que não podem ser caracterizadas através de uma estrutura em fases.

Para além do Núcleo, é incluída no sistema de formalização do Aspecto proposto por Moens uma **Rede Aspectual** que dá conta das diversas possibilidades de "transições" ou "comutações" que se verificam entre os vários tipos de eventos. Por exemplo, se adicionarmos a uma culminação um processo preparatório, obteremos um processo culminado; se, por outro lado, retirarmos a um processo culminado a sua culminação, encontraremos um processo. A Rede Aspectual é organizada por forma a predizer quais as "transições" que podem ser efectivadas com sucesso e quais as que resultam em anomalia semântica e que, portanto, devem ser excluídas. Uma comutação parte de uma dada configuração aspectual (o seu "input") convertendo-a numa outra de tipo diferente (o seu "output").

No que respeita às predicacões estativas, consideraremos que existe uma divisão fundamental entre **estados ["faseáveis"]** e **estados ["-faseáveis"]**. Uma tal diferenciação é motivada por um comportamento muito díspar, no interior da classe dos estativos, relativamente aos designados "critérios de estatividade", que serviriam para distinguir estados de eventos. Se é certo que dados estativos os respeitam (i.e., não podem comparecer no escopo do Progressivo, não surgem em formas imperativas nem como complemento de verbos como *persuadir* ou *ordenar*, têm uma leitura preferencial de "presente real", não se combinam com dados operadores aspectuais e "englobam" ou "contêm" expressões pontuais e orações temporais introduzidas por *quando*, cf. (1)), outros há que, sob determinados contextos, manifestam um comportamento próximo do dos eventos (cf. (2)):

- (1) a: * O João está a ser alto.
 b: * João, sê alto!
 c: * A mãe persuadiu o João a ser alto.
 d: * O João é frequentemente/muitas vezes alto.

- e: * O João começou a ser alto.
 f: * Quando fez seis anos, o João foi alto.
- (2) a: A Maria está a ser simpática com as amigas.
 b: Maria, sê simpática com as tuas amigas!
 c: A mãe persuadiu a Maria a ser simpática com as amigas.
 d: A Maria é frequentemente/muitas vezes simpática com as amigas.
 e: (Finalmente), a Maria começou a ser simpática com as amigas.
 f: Quando as conheceu, a Maria foi simpática com as amigas.

Na sequência das observações efectuadas, assumiremos que existem estados que, em nenhuma circunstância, poderão ser incorporados na Rede Aspectual e convertidos em processos ([-"faseáveis"]) e outros que, em dados contextos, podem ser integrados na Rede, recebendo uma estrutura fásica típica dos eventos processuais, ou seja, revelam a capacidade de serem comutados em processos, manifestando todas as características inerentes a tal classe aspectual ([+"faseáveis"]). Notemos, de passagem, que esta propriedade dos estados [+"faseáveis"] não invalida a nossa definição das predicções estativas: quando manifestam uma estrutura fásica, estas eventualidades deixam de ser estados, passando a processos; ou seja, um estado [+"faseável"] só será um estativo nos contextos em que não apresenta uma estrutura fásica própria, sendo, nesses casos, um processo (derivado).

Por fim, assumiremos, com base em observações sobre estruturas como *estar para*, a existência de um **estado pré-preparatório** que, embora não integrando o Núcleo Aspectual, na medida em que não contribui para a determinação de nenhuma categoria nem faz parte do evento propriamente dito, se lhe pode associar, precedendo o processo preparatório (cf. a distinção entre "operadores" e "perspectivadores" aspectuais; Cunha (1998, 2.5.).

2. O Progressivo

Embora muitas sejam as propostas para o estudo do Progressivo, concentraremos a nossa atenção apenas em duas: as de Bennett e Partee (1978) e a de Moens (1987), já que nos parecem as mais relevantes em termos de possibilidades de adaptação para a análise de outros operadores aspectuais.

No âmbito de uma semântica de intervalos, Bennett e Partee (1978) propõem a seguinte definição para as condições de verdade de formas progressivas:

(3) $PROG[p]$ é verdadeiro em I se e só se I é um momento de tempo e existe um intervalo J tal que I está contido em J, I não é um subintervalo final de J e p é verdadeiro em J.

Esta definição coloca, no entanto, alguns problemas. O primeiro é aquele que Dowty (1979) designou como **Paradoxo do Imperfectivo**. Uma proposta

como a de (3) requer que a verdade da proposição não progressiva, *p*, aconteça necessariamente (mais tarde ou mais cedo) para que as formas progressivas possam igualmente ser verdadeiras, o que significa que frases como as de (4) comportariam algum tipo de anomalia semântica, ao contrário dos factos:

- (4) a: A Maria esteve a ler este livro mas desistiu.
 b: O João esteve a ganhar a corrida mas não a ganhou.

Na verdade, para que uma forma progressiva de um processo culminado (cf. (4)a) ou de uma culminação (cf. (4)b) seja verdadeira, não é necessário que alguma vez predicacões correspondentes com tais classes aspectuais o venham também a ser.

Para além deste obstáculo, outros dois se colocam à hipótese avançada por Bennett e Partee: é necessário dar conta da interacção do Progressivo com eventos pontuais (que não podem ser verdadeiros em intervalos, mas apenas em momentos) e explicitar o carácter estativo das construções com Progressivo (cf. (5)):

- (5) a: * O João está a estar a trabalhar.
 b: * João, está a trabalhar!
 c: * A mãe persuadiu o João a estar a trabalhar.
 d: O João está a trabalhar (agora/neste momento).
 e: * O João começou a estar a trabalhar.
 f: (??) Quando chegámos, o João esteve a trabalhar.
 g: * Quando o João esteve a trabalhar, nós chegámos.

Tendo como objectivo resolver este tipo de problemas, Moens (1987) propõe uma análise para o Progressivo em termos de comutações no interior da Rede Aspectual. Tendo em conta que apenas um processo preparatório está envolvido nas condições de verdade para uma frase progressiva (cf. o Paradoxo do Imperfectivo), Moens assume que o "input" para o operador em causa será um evento processual. Tal hipótese permite explicar o carácter "durativo" muitas vezes associado ao Progressivo de culminações: para que estas possam ser combinadas com o operador sob análise, é necessário que, primeiro, passem a processos (através da associação a um processo preparatório e posterior "subtracção" da culminação). Finalmente, o carácter estativo das frases que integram a construção *estar a* + INF revela que o resultado da sua aplicação, i.e., o seu "output", será o de converter um "input" processual numa eventualidade estativa.

Poderemos alargar uma análise deste género a outros operadores aspectuais, por forma a uniformizar o tratamento deste grupo de expressões? É o que tentaremos testar em seguida. Como veremos, as tentativas de redução dos efeitos dos diversos operadores aspectuais a uma relação entre tempos e

intervalos revelar-se-á inadequada, constituindo a adaptação das propostas de Moens (1987) e Moens e Steedman (1988) uma alternativa mais credível.

3. Caracterização geral de alguns operadores aspectuais

3.1. **Começar a e Passar a** - Numa abordagem ainda muito inicial e simplificada, podemos encarar o operador *começar a* como representando a passagem de um "não evento" a um evento, ou, dito de outra forma, como o momento que marca o início de uma nova situação. Uma hipótese para a análise deste operador, baseada apenas numa semântica de intervalos, corresponderia, mais ou menos, à seguinte formulação:

(6) *COMEÇAR A* [*p*] é verdadeiro num intervalo I se e só se I é um momento de tempo e existe um intervalo H tal que $H \ll I$ (H é imediatamente anterior a I), *p* é falso em H e *p* é verdadeiro num intervalo I' contendo I (tal que I é um subintervalo inicial de I').

No entanto, e tal como aconteceu com o Progressivo, somos confrontados com algo de muito semelhante ao Paradoxo do Imperfectivo, que põe em causa esta análise. Assim, se é um facto que "O João começou a correr" implica a verdade da situação-base envolvida (i.e., de "O João correu"), o mesmo não acontece quando a eventualidade no escopo do operador é de tipo télico: "O João começou a ler um livro" não implica necessariamente a verdade de "O João leu um livro". Por outras palavras, para que *começar a* compareça com uma determinada situação télica, não é necessário que esta venha a ser verdadeira num qualquer futuro.

A proposta apresentada em (6) também não dá conta das restrições, ao nível tipológico, associadas com o operador *começar a*. Este pode ser combinado com quase todas as classes aspectuais, excepto os estados não convertíveis em processos e, eventualmente, também algumas culminações. Os exemplos de (7) tornam estas restrições bem patentes:

- (7) a: * O meu casaco começou a ser verde. (estado)
 b: * O João começou a ser alto. (estado)
 c: A mãe do Luís começou a gostar de linguística. (estado faseável)
 d: A Ana começou a trabalhar. (processo)
 e: A Ana começou a escrever a tese. (processo culminado)
 f: O João começou a ganhar a corrida. (culminação)
 g: ? O João começou a sair de casa. (culminação)
 h: ?? O João começou a morrer. (culminação)
- (7) revela-nos que apenas eventos (básicos ou derivados) estão envolvidos neste tipo de construção, o que não surpreende, já que ela supõe o recurso a transições, em termos de "fases", no interior da Rede Aspectual. Por outro lado, os problemas colocados por certas

culminações parecem estar relacionados com o seu carácter momentâneo.

A determinação do "input" para o operador *começar a* envolve a investigação das diversas condições necessárias para que ele possa comparecer, remetendo-nos para as restrições apresentadas em (7). Marcando o "início" de uma eventualidade, este operador deverá supor apenas a existência de uma (eventual) fase anterior ao decurso da situação propriamente dita. Nesse sentido, e em consonância com o que referimos em 1., poderemos propor que, para que *começar a* seja possível, é necessária a presença de um estado preliminar. Como explicar, porém, a agramaticalidade da combinação entre *começar a* e estados não faseáveis? Uma proposta de solução passa por admitir que o "input" para este operador não será todo e qualquer estado preliminar, mas apenas um estado preliminar de um evento. Se quisermos ir mais longe, no sentido de integrar, na nossa descrição do operador, as consequências do Paradoxo do Imperfectivo, poderemos até sugerir que o "input" para *começar a* se constitui como um estado pré-preparatório de um processo. Esta análise integraria uma boa explicação para o Paradoxo do Imperfectivo, para além de permitir compreender, de uma certa forma, a maior "dificuldade" que as culminações têm em se combinar com o operador, bem como uma certa tendência para a interpretação dos pontos como processos iterados quando comparecem neste tipo de contextos (cf. "O João começou a espirrar (há N minutos)").

Para a determinação do "output" de *começar a*, vejamos as frases seguintes:

- (8) a: O João começou a trabalhar às duas horas.
 b: ?? O João começou a trabalhar em duas horas.
 c: ?? O João começou a trabalhar durante duas horas.
- (9) a: A Maria começou a ler o jornal às duas horas.
 b: ?? A Maria começou a ler o jornal em duas horas.
 c: ?? A Maria começou a ler o jornal durante duas horas.

O comportamento das estruturas representadas por (8) e (9) face aos adverbiais temporais indicia bem o seu carácter pontual. O resultado final (ou "output") da aplicação do operador *começar a* parece, portanto, ser uma eventualidade de tipo "instantâneo". Confrontamo-nos, porém, nestes casos, com um problema de difícil resolução: estaremos perante uma culminação ou um ponto? Como vimos, a diferença entre estas duas classes aspectuais reside, essencialmente, no facto de a primeira se concentrar numa culminação associada a determinadas "consequências", enquanto a segunda representa apenas um evento pontual, sem qualquer estado resultante. A nossa hipótese para o "input" deste operador sugere que, de uma certa forma, existe sempre um evento processual necessariamente associado à mudança pontual de estado representada

pelo "output". Se um tal processo puder ser equiparado a um estado consequente, então estaremos perante uma culminação; se, pelo contrário, esta equiparação não for considerada possível, o máximo que poderemos dizer é que o "output" do operador é um ponto que precede (sempre?) um processo.

Com propriedades semânticas algo semelhantes às de *começar a*, encontramos o operador *passar a*. Na verdade, mantém-se aqui a ideia de passagem de uma "não eventualidade" a uma eventualidade. No entanto, as suas restrições combinatórias, em termos aspectuais, são bem diferentes, como (10) nos confirma:

- (10) a: O meu casaco passou a ser verde (quando o tingi). (estado)
 b: O João passou a ser Português (quando se naturalizou). (estado)
 c: A Maria passou a ser simpática com os colegas. (estado)
 d: O João passou a trabalhar na faculdade. (estado habitual)
 e: A Maria passou a escrever a tese à tarde. (estado habitual)
 f: O João passou a abrir a porta com a chave da irmã. (estado habitual)

Se suprimirmos as expressões sublinhadas aos exemplos anteriores e lhes procurarmos dar uma interpretação não habitual (i.e., não estativa), obteremos frases semanticamente anómalas, o que indicia que *passar a* toma como seu "input" apenas fases preliminares de formas estativas. No que respeita ao "output" de *passar a*, a sua determinação revela-se uma tarefa bastante complexa, sobretudo porque não parece ser possível combinar as predicções em que este operador está envolvido com nenhum tipo de adverbiais temporais (cf. (11)):

- (11) a: * O João passou a ser feliz às duas da tarde.
 b: * O João passou a ser feliz durante um ano.
 c: * O João passou a ser feliz desde Março até Maio.
 d: * O João passou a ser feliz numa semana.

Podendo o operador em análise aplicar-se a estados não faseáveis, este resultado não nos parece totalmente surpreendente: na verdade, tal facto exclui a comparência de um "output" eventivo - nestes casos, devido à impossibilidade de atribuição de estrutura fásica, seja de que natureza for, à classe de estativos em causa. Sob este ponto de vista, e tendo em conta os dados observados em (11), assumiremos que não existe qualquer tipo de mudança de estado, na medida em que *passar a* não implica a existência de um evento (na melhor das hipóteses, poderemos falar de "passagem" de estado, em que este termo não envolve qualquer tipo de alteração aspectual da classe em causa). O efeito do operador será, pois, a passagem de um estado pré-preparatório a um estado de natureza aspectual idêntica. (Notemos que *passar a* poderá comportar valores de relação temporal entre eventos que aqui são ignorados).

3.2. **Continuar a** - Muito informalmente, podemos começar por dizer que *continuar a* perspectiva uma eventualidade (durativa) no seu "prolongamento" ou "continuação", isto é, dá conta de um intervalo não inicial de uma situação.

No âmbito de uma semântica de intervalos, *continuar a* obteria a seguinte representação:

(12) *CONTINUAR A* [*p*] é verdadeiro num intervalo de tempo I se e só se existe um intervalo H tal que $H < I$ e *p* é verdadeiro em I', representando I' a reunião de H com I.

Infelizmente, esta tentativa de análise confronta-se, mais uma vez, com problemas bastante complexos, o mais importante dos quais continua a ser, em nossa opinião, o denominado Paradoxo do Imperfectivo. Na realidade, para que "continuar a construir uma casa" seja verdadeiro, não é necessário que "construir uma casa" alguma vez também o venha a ser.

Por outro lado, *continuar a* parece impor algumas restrições em relação às categorias aspectuais com que se pode combinar. Ao contrário do que verificámos com *começar a*, *continuar a* ocorre no contexto de estados não faseáveis. Contudo, existem, também aqui, determinadas restrições, sobretudo quando tentamos conjugar o operador com certas culminações; para além disso, *continuar a* só comparece com pontos quando estes são previamente convertidos, por iteração, em processos (cf. (13)).

- (13) a: Este casaco continua a ser azul, apesar de o ter tentado tingir de preto. (estado)
 b: O Pedro continua a ser português, apesar de viver na Suíça. (estado)
 c: A Maria continuou a correr. (processo)
 d: O João continuou a construir a casa. (processo culminado)
 e: A Ana continuou a ganhar a corrida. (culminação)
 f: ?? O João continuou a acender a luz. (culminação)
 g: * A Ana continuou a morrer. (culminação)
 h: O João continuou a espirrar. (ponto)

A conjugação do Paradoxo do Imperfectivo com as informações presentes em (13) projecta alguma luz sobre a determinação das condições necessárias para que o operador *continuar a* possa comparecer sem problemas, neste caso, a existência de uma eventualidade durativa que não inclua nenhuma culminação. Assim, apenas estados e processos são candidatos credíveis para servirem de "input" a um tal operador. Com efeito, os processos culminados parecem perder a culminação, quando combinados com *continuar a*; as culminações, ou dão origem a uma certa anomalia, ou são convertidas em processo (por iteração ou por adição de um processo à culminação, que, depois, é eliminada); os pontos

apenas se podem combinar com *continuar a* sob a forma de processos por iteração.

Um problema relevante tem a ver com a necessidade de representar a combinação de estados não faseáveis com este operador. Será possível, sem recorrer à noção de "fase", fornecer uma explicação adequada para estes casos? Se queremos obter uma resposta satisfatória para uma tão importante questão, teremos de concentrar a nossa atenção sobre os possíveis "outputs" para o operador. Ao contrário do que habitualmente sucede com uma grande parte dos operadores aspectuais, o "output" de *continuar a* parece manter as propriedades aspectuais do "input" que lhe serve de base. Contrastem-se os exemplos de (14), em que figura um estado "não faseável", com os de (15) que ostentam um processo.

- (14) a: * O João está a continuar a ser alto.
 b: * A mãe persuadiu o João a continuar a ser alto.
 c: * João, continua a ser alto!
 d: * O João continuou a ser alto voluntariamente.
 e: * O que o João fez foi continuar a ser alto.
 f: O João continua a ser alto (neste momento)
 g: * Quando fez 6 anos, o João continuou a ser alto.
- (15) a: O João está a continuar a correr.
 b: A mãe persuadiu o João a continuar a correr.
 c: João, continua a correr!
 d: O João continuou a correr voluntariamente.
 e: O que o João fez foi continuar a correr.
 f: O João continua a correr (habitualmente).
 g: Quando chegou à meta, o João continuou a correr.
 h: ?? O João continuou a correr às 5 da tarde.
 i: O João continuou a correr durante duas horas.
 j: * O João continuou a correr em duas horas.

A acreditar nos juízos de gramaticalidade apresentados, estes exemplos sugerem que, quando o "input" de *continuar a* é um estado não faseável, o seu "output" mantém todas as suas propriedades. Quando o "input" é um processo, o "output" correspondente comporta-se exactamente como tal. Ou seja, *continuar a* não parece alterar tipologicamente o seu "input".

Se, como sugerimos, é verdade que o "input" e o "output" associados a *continuar a* são tipologicamente idênticos, então não é necessário recorrer às noções de "fase" ou "transição" na Rede Aspectual para caracterizar os seus efeitos. Este é o resultado requerido, já que os estados não faseáveis podem comparecer, sem dificuldades, com este operador. Mas, não havendo alteração de categoria aspectual, qual é, afinal, o "conteúdo" semântico do operador *continuar*

a? Ao "exigir" a existência de uma eventualidade durativa não culminada como "input", o nosso operador exclui, do seu "output", os momentos (estados) ou fases (processos) iniciais da situação em causa. É esta "exclusão" do período inicial no significado intrínseco do "output" que permite veicular a ideia de "continuação" ou "prolongamento", típica destas construções. Assim, embora não haja "conversão", ao nível da classe aspectual, há sempre uma perspetivação parcial da eventualidade em causa, o que torna *continuar a* um operador relevante .

3.3. **Deixar de e Parar de** - Numa concepção informal, *deixar de* designa a passagem de um evento não completo a um "não evento", ou seja, descreve a "cessação" ou "interrupção" de uma dada eventualidade.

O recurso a uma semântica de intervalos, para uma tentativa de formalização deste operador, daria origem a uma representação semelhante à que propomos em (16):

(16) *DEIXAR DE* [*p*] é verdadeiro em I sse existe um intervalo de tempo H tal que $H < I$, *p* é verdadeiro em H e *p* é falso em I.

A hipótese adiantada em (16) não nos parece, contudo, ser adequada para o tratamento deste tipo de estruturas. De facto, se "O João deixou de correr" implica necessariamente a verdade de "O João correu", já uma frase como "O João deixou de ler este livro" não implica necessariamente a verdade de "O João leu este livro". Ou seja, estamos, mais uma vez, perante uma espécie de Paradoxo do Imperfectivo, que deve ser sempre tomada em linha de conta numa qualquer análise do operador em causa.

Um outro problema para estes casos prende-se com as restrições tipológicas, manifestadas por *deixar de*, ao nível das suas combinações possíveis. Para além de comparecer com todos os tipos de estado (chegando até a impor, por vezes, uma leitura preferencialmente habitual ao seu "input"), *deixar de* é também possível, em certos contextos, com processos e processos culminados. A sua combinação com as culminações parece, contudo, difícil:

- (17) a: O casaco deixou de ser castanho (porque o lavei muitas vezes).
(estado)
b: O Rui deixou de ser português (porque se naturalizou belga).
(estado)
c: O João deixou de trabalhar (na faculdade). (estado habitual)
d: O João deixou de limpar a casa. (estado habitual)
e: O João deixou de sair à noite. (estado habitual)
f: Deixou de chover. (processo)
g: O João deixou de ler este livro. (processo culminado)
h: ?? O João deixou de acender a luz. (culminação)
i: ?? O João deixou de ganhar a corrida. (culminação)

j: ?? O João deixou de morrer. (culminação)

O comportamento de *deixar de* difere bastante, conforme ele compareça com estados ou eventos. Trataremos separadamente cada um destes casos, iniciando a nossa discussão com a interacção que se estabelece entre *deixar de* e os estados "não faseáveis".

Embora a conjugação de *deixar de* com estados "não faseáveis" dê lugar a uma espécie de "passagem de estado" (i.e., descreva a passagem de um estado para a sua própria "ausência"), os efeitos do operador parecem não se fazer sentir ao nível da classe aspectual da predicação em causa. A aplicação de *deixar de* a um estado não parece alterar o seu carácter estativo:

- (18) a: * O João está a deixar de ter um B.M.W..
 b: * A mãe persuadiu o João a deixar de ter um B.M.W..
 c: * João, deixa de ter um B.M.W.!
 d: ? O João deixou de ter um B.M.W. voluntariamente.
 e: * O que o João fez foi deixar de ter um B.M.W..
 f: ?? O João começou a deixar de ter um B.M.W..
 g: * Quando fez 6 anos, o João deixou de ter um B.M.W..

O facto de ser necessário conciliar a ideia de uma certa "mudança de estado", representada na semântica do operador, com a manutenção da estatividade na construção talvez esteja na origem das dificuldades com que nos deparamos ao tentarmos combinar *deixar de* com os adverbiais temporais. Ao contrário do que sucede com as frases que envolvem eventos no seu "input", as que combinam *deixar de* com estados "não faseáveis" caracterizam-se por determinadas incompatibilidades ao nível da ocorrência de adverbiais durativos ou pontuais.

- (19) a: ?? O meu casaco deixou de ser verde às 5 da tarde.
 b: ?? O meu casaco deixou de ser verde durante 3 anos.
 c: ?? O João deixou de ser português às 5 da tarde.
 d: ?? O João deixou de ser português durante 3 anos.

A acreditar em tudo o que temos vindo a propor, *deixar de* será perfeitamente compatível com estados "não faseáveis", na medida em que, embora veiculando a ideia de "passagem de estado", não altera, ao nível estrutural, a categoria aspectual do seu "input", não recorrendo, portanto, a quaisquer alterações aspectuais no interior da Rede.

Quando *deixar de* comparece em interacção com eventos, as coisas passam-se de um modo bastante diverso. Parecem existir indícios suficientes para considerar que, nos contextos referidos, este elemento despoleta uma "transição" aspectual. Tendo em conta que, também com *deixar de*, somos confrontados com uma espécie de Paradoxo do Imperfectivo, por um lado, e com uma certa

dificuldade na sua conjugação com culminações, por outro, somos levados a pensar que este operador toma como seu "input" necessário um processo.

A determinação do "output" para *deixar de* não se afigura nada fácil; (20) mostra porquê:

- (20) a: Deixou de chover às 5 da tarde.
 b: (??) Deixou de chover em 5 minutos.
 c: Deixou de chover durante uma semana.
 d: O João deixou de chorar às 5 da tarde.
 e: (??) O João deixou de chorar em 20 minutos.
 f: O João deixou de chorar durante meia hora.

Segundo os exemplos apresentados, o "output" de *deixar de*, tanto pode ser momentâneo ((20)a,d) como durativo ((20)c,f). Como explicar tal coocorrência? A nossa hipótese passa por considerar a existência de uma "mudança de estado", tipicamente pontual, associada a uma certa forma de "consequência" de tipo durativo. Assim, o operador *deixar de*, tanto pode converter um processo num evento momentâneo, focando apenas a "mudança (pontual) de eventualidade", como numa situação durativa, dando conta das suas "consequências", perspectivando, por conseguinte, o resultado de uma tal mudança. Devemos notar, contudo, que as consequências de uma mudança de estado despoletada pelo operador *deixar de* não se constituem, naturalmente, como um estado resultativo. Na realidade, não descrevem um "resultado" da ocorrência de uma eventualidade, mas antes a sua "não ocorrência" ou "cessação". Chamaremos, pois, ao resultado da aplicação de *deixar de*, um **estado cessativo**. Partindo destes dados, adiantaremos a seguinte hipótese de análise: *deixar de* toma como seu "input" um processo e converte-o numa culminação cujas consequências se manifestam sob a forma de um estado cessativo. O operador pode perspectivar, não só a culminação em si (cf. (20)a,d), mas também o próprio estado cessativo (cf. (20)c,f).

Informalmente, poderemos afirmar que *parar de* descreve a "interrupção" ou "paragem" de um dado evento. (21) sugere um tratamento possível, para este operador, no âmbito de uma semântica de intervalos:

21) *PARAR DE* [*p*] é verdadeiro num momento *I* sse existe um intervalo *J* tal que $I \ll J$, *p* é verdadeiro num intervalo contendo *I* (e de que *I* é um subintervalo final) e *p* é falso em *J*.

A inadequação desta proposta às características do operador em análise parece-nos óbvia: *parar de*, quando combinado com eventualidades de tipo télico, implica, em geral, a sua não realização (total): se "O João parou de ler este livro" é verdadeiro, "O João leu este livro" será, tendencialmente, falso. Por outro lado, *parar de* impõe dadas restrições ao nível das classes aspectuais com que se pode (ou não) combinar. Vejam-se os exemplos em (22):

- (22) a: * O meu casaco parou de ser verde. (estado)

- b: * O João parou de ser português. (estado)
- c: O João parou de correr. (processo)
- d: Parou de chover. (processo)
- e: O Rui parou de escalar o monte. (processo culminado)
- f: A Ana parou de comer a maçã. (processo culminado)
- g: * O João parou de sair. (culminação)
- h: * O João parou de ganhar a corrida. (culminação)

Os dados apresentados em (22) sugerem que *parar de* não se aplica a estados nem a culminações, surgindo exclusivamente com processos e processos culminados. Ora, a diferença mais relevante entre estes dois grupos de tipos aspectuais reside na exclusão vs. inclusão de um processo preparatório nos respectivos esquemas "fásicos". A impossibilidade de *parar de* se combinar com estados e culminações, articulada com o facto de a verdade de "parar de PC" não implicar a verdade de "PC", tal que "PC" designa um processo culminado, indicia que o "input" para este operador é de tipo processual. No entanto, tendo em conta que uma grande parte das culminações pode passar a processo, no interior da Rede Aspectual, como explicar a sua (total) incapacidade de combinação com *parar de*? Uma resposta satisfatória a esta questão não se nos afigura muito fácil, tendo que passar, naturalmente, por uma avaliação da gramaticalidade de outras estruturas que apresentem processos derivados, especificamente o que se passa em relação ao comportamento dos chamados "estados faseáveis" no contexto do operador *parar de*. Atentemos nos seguintes exemplos:

- (23) a: ?? O João parou de gostar de linguística.
- b: ?? O João parou de estar doente.
- c: ?? O João parou de ser simpático.

Embora as opiniões dos falantes do Português sejam algo divergentes em relação a frases como as de (23), não nos parece muito descabido afirmar que elas comportam um maior ou menor grau de anomalia; ou seja, a combinação de *parar de* com estados "faseáveis" não se revela inteiramente "feliz".

Se as nossas observações estão certas (e ignorando os casos de formação de processos a partir da iteração de eventos), *parar de* parece, de algum modo, ser "sensível" ao facto de um processo fazer parte integrante do esquema aspectual "básico", inerente a uma situação. Nesse sentido, apenas as situações que manifestem um processo na sua estrutura aspectual "básica" são susceptíveis de se combinarem com tal operador; aquelas cuja "fase" processual resulta de derivações na Rede Aspectual estão impossibilitadas de ocorrer nesse tipo de contexto.

Uma hipótese a considerar seria a da aplicação do operador *parar de* num momento anterior ao de quaisquer outras "transições" no interior da Rede; isto explicaria o facto de apenas situações contemplando um processo "básico"

poderem surgir no escopo de tal operador. Esta proposta enfrenta, contudo, algumas dificuldades, sobretudo no que respeita à possibilidade de comparação de *parar de* com processos formados por iteração de eventos (cf. "O João parou de espirrar").

A determinação do "output" para *parar de* enfrenta, também, alguns obstáculos, que derivam, essencialmente, de uma relação pouco clara entre a estrutura e os advérbios temporais. Atentemos nas frases em (24) e (25):

- (24) a: Parou de chover às 5 da tarde.
 b: (??) Parou de chover durante meia hora.
 c: (??) Parou de chover em meia hora.
- (25) a: O João parou de escrever a tese às 5 da tarde.
 b: (??) O João parou de escrever a tese durante 1 hora.
 c: (??) O João parou de escrever a tese numa hora.

Mais uma vez, os dados sugerem-nos um "output" preferencial de tipo pontual ou momentâneo. O grande problema reside no facto de determinados falantes admitirem também a combinação das construções envolvendo *parar de* com advérbios durativos e mesmo com advérbios de "identificação de intervalos com eventos". Para estes falantes, o "output" de *parar de* poderá, por conseguinte, incluir, não apenas um ponto ou culminação, mas também um estado cessativo (cf. (24)b e (25)b) e até (uma parte d) o processo, a culminação (ou ponto) e o estado cessativo (cf. (24)c e (25)c).

QUADRO SÍNTESE

Operador	Categoria-base	Input	Output
<i>Passar a</i>	Estados	Estado preliminar	Estado
<i>Começar a</i>	Eventos e estados faseáveis	Fase preparatória	Evento pontual
<i>Continuar a 1</i>	Estados não faseáveis	Estado não faseável	Estado não faseável
<i>Continuar a 2</i>	Eventos e estados faseáveis	Processo	Processo
<i>Deixar de 1</i>	Estados não faseáveis	Estado não faseável	Estado cessativo
<i>Deixar de 2</i>	Eventos e estados faseáveis	Processo	Evento pontual + estado cessativo
<i>Parar de</i>	Processos e processos culminados	Processo básico	Evento pontual (+ estado cessativo)

4. Conclusão

Embora muito mais houvesse a dizer acerca destes e de outros operadores aspectuais (a limitação de espaço forçou-nos a ignorar, aqui, construções envolvendo, por exemplo, *acabar de* e *andar a*), as observações efectuadas parecem ser suficientes para concluir que uma abordagem centrada apenas numa semântica de intervalos comporta manifestas insuficiências teóricas, já que não se revela capaz de descrever adequadamente alguns problemas colocados pelas construções em análise. A adopção de um tratamento apoiado nas noções de "comutação" e "operação" aspectual pareceu-nos, pois, mais adequada.

Referências Bibliográficas

- BARROSO, H., (1994), *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo - Visão Funcional/Sincrónica*, Porto, Porto Editora.
- BENNETT, M., (1981), "Of Tense and Aspect: One Analysis", P. Tedeschi, A. Zaenen (eds), *Syntax and Semantics, 14: Tense and Aspect*, New York, Academic Press, 13-30.
- BENNETT, M. e B. PARTEE (1978), *Toward the Logic of Tense and Aspect in English*, Indiana, Indiana University Linguistics Club.
- BINNICK, R., (1991), *Time and the Verb. A Guide to Tense and Aspect*, Oxford, Oxford University Press.
- CARVALHO, H., (1984), "Temps et Aspect: Problèmes Généraux et leur Incidence en Portugais, Français et Russe", *Estudos Linguísticos, 3º Vol*, Coimbra, Coimbra Ed., 201-235.
- CUNHA, L. F., (1998), *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*, Dissertação de Mestrado, Porto, F.L.U.P.
- DOWTY, D., (1979), *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, Reidel.
- DOWTY, D., (1986), "The Effects of Aspectual Class on the Temporal Structure of Discourse: Semantics or Pragmatics?", *Linguistics and Philosophy*, Vol. 9, Nº. 1, 37-62.
- GLASBEY, S., (1996), "The Progressive: a Channel-Theoretic Analysis", *Journal of Semantics*, Vol. 13, N.4. KAMP, H. e U. REYLE, (1993), *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- LANDMAN, F., (1992), "The Progressive", *Natural Language Semantics*, Vol. 1, 1-32.
- LOPES, O., (1972), *Gramática Simbólica do Português*, Lisboa, F. Calouste Gulbenkian.
- MATEUS, M. H., et al., (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- MOENS, M., (1987), *Tense, Aspect and Temporal Reference*, Edimburgo.
- MOENS, M., e M. STEEDMAN (1988) "Temporal Ontology and Temporal Reference", *Computational Linguistics*, 14.
- OLIVEIRA, F., (1991) "Alguns Aspectos do Aspecto", *Actas do VII Encontro da AP.L*, Lisboa.

ACTAS DO XIV ENCONTRO NACIONAL DA APL

- OLIVEIRA, F., (1992), "Algumas Questões Sobre Tempo e Aspecto", *Cadernos de Semântica* 9, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- OLIVEIRA, F., (1994), "Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português", *Actas do Congresso Internacional Sobre o Português*, Vol. II, Lisboa, A.P.L., 151-190.
- OLIVEIRA, F., (1995), "Aspecto: Algumas Questões", *Cadernos de Semântica*, 20, Lisboa, F.L.U.L.
- SILVA, A., (1997), *A Semântica de Deixar: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- SMITH, C., (1991), *The Parameter of Aspect*, Dordrecht, Kluwer Academic Press.
- SOARES, N., (1994) "Começar a Vinf e Pôr-se a Vinf: marcadores de que fronteiras?" *Actas do X Encontro Nacional da A.P.L.* Lisboa, 557-567.
- VENDLER, Z., (1967), *Linguistics in Philosophy*, New York, Cornell University Press.
- VLACH, F., (1981), "The Semantics of the Progressive", in P. Tedeschi e A. Zaenen (eds), *Syntax and Semantics, Vol. 14*, New York, Academic Press, 271-292.